

O MÉXICO NA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

Beatriz Walid de Magalhães Naddi¹

Resumo: Apesar de México e América Latina apresentarem diversos fatores de aproximação como idioma, cultura e passado semelhantes, percebe-se uma dificuldade em se estabelecerem vínculos mais profundos entre o Estado mexicano e a região. Dado isto, se analisam os processos de integração latino-americanos ao longo da história, destacando-se a inserção do México em tais processos. Com base na análise de acordos e dados de comércio, se avalia o perfil de relação do México com determinados blocos regionais e seus respectivos membros. Ao final, verifica-se que em função da diversidade de blocos regionais e suas respectivas características, há na região um movimento de fragmentação muito mais acentuado do que de uma integração unificada, o que reflete na forma como o México busca se inserir na região.

Palavras-chave: ALADI; Aliança do Pacífico; América Latina; Comunidade Andina; integração; MCCA; Mercosul; México.

Introdução

Ao se analisar as relações entre o México e a América Latina, nota-se que se manteve ao longo dos mandatos de todos os presidentes mexicanos o mesmo discurso da existência de uma forte identidade e vocação latino-americana do país devido ao pertencimento mexicano à América Latina e ao compartilhamento de processos de desenvolvimento histórico, social e cultural (GONZÁLES, 2006). No entanto, o México e os países latino-americanos desenvolveram ao longo da história distintas características e posicionamentos diante da região e do sistema internacional como um todo (SIERRA, 2008), o que implica na não uniformidade do processo de integração regional e, conseqüentemente, na forma de inserção do México na América Latina.

Um fator de suma importância em uma análise sobre o Estado mexicano é a sua relação com a maior potência mundial e seu vizinho, os Estados Unidos. Já nos primórdios da história do México como Estado nacional, pode-se perceber a influência que os Estados Unidos têm sobre seu posicionamento político e econômico, como, por exemplo, com a tomada de mais de 50% de seu território ainda no século XIX. À medida que os Estados Unidos foram aumentando exponencialmente seu poder, a política e a economia mexicana passaram a atrelar-se cada vez mais aos seus interesses e influência, apesar do país buscar manter sua soberania nacional frente à grande potência².

Contudo, frente à mudança no direcionamento da política econômica internacional e aos abalos macroeconômicos sofridos pelo México durante a década de 1980, ocorreu neste período uma aguda remodelação das relações México-Estados Unidos. Tal remodelação se estabeleceu no sentido de uma maior aproximação entre esses países a partir de então. Esse processo teve seu auge com a institucionalização de suas relações mediante a criação do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA – sigla em inglês) no ano de 1994. Após vinte anos da formação NAFTA, verifica-se uma forte interdependência assimétrica³

¹ Bacharel em Relações Internacionais, Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), bwnaddi@gmail.com.

² Segundo Schiavon (2006), ao longo dos governos desenvolvimentistas mexicanos no século XX, a relação México-Estados Unidos, pautada em uma histórica desconfiança, foi administrada por meio de uma troca de garantias. Enquanto os Estados Unidos não intervissem na democracia mexicana e em sua autonomia externa, o México garantiria sua estabilidade interna no sentido de não perturbar a segurança nacional dos Estados Unidos.

³ De acordo com Nye (2009), a interdependência assimétrica caracteriza-se como uma distribuição não equitativa da dependência entre os atores.

do México em relação aos Estados Unidos. Isso constitui um fator de constrangimento para uma posição mais autônoma do Estado mexicano frente aos demais atores do sistema internacional, inclusive em relação à América Latina⁴.

Nesse sentido, identifica-se uma brecha entre o discurso latino-americanista e a relação efetiva do México com o continente. Segundo Gonzáles (2006) este discurso proferido seguidamente pelos governos mexicanos é, em grande parte, resultado da pressão interna de grupos de esquerda e/ou latino-americanistas que defendem a aproximação com a América Latina. Dessa forma, o discurso latino-americanista exerce a função de também manter a legitimidade do regime político mexicano e de seus governantes⁵.

Por outro lado, percebe-se que ao sul do continente, após o trauma gerado pela crise da dívida durante a década de 1980 e pelas políticas neoliberais adotadas ao longo dos anos 1990, países latino-americanos importantes, como Argentina, Brasil e Venezuela, passaram a adotar o modelo de Estado logístico⁶ (CERVO, 2008). Essa estratégia consiste numa forma de posicionar-se de maneira estratégica no cenário internacional, fazendo-se uso de parcerias regionais e com outros Estados subdesenvolvidos ou em desenvolvimento (LIMA, 2005), estratégia classificada pela literatura como Cooperação Sul-Sul.

Por conseguinte, percebe-se que existe uma fragmentação do projeto de integração na região. Atualmente, existem blocos regionais com diferentes estratégias e objetivos de integração. Em meio a tal cenário, ao longo deste artigo, analisa-se de maneira conjunta o histórico da integração latino-americana e a inserção mexicana em tal processo. Em última instância, busca-se verificar quais são os efeitos do modelo de inserção mexicana para a região.

Dessa forma, o capítulo inicial apresenta os primeiros eventos relacionados à integração latino-americana. Em seguida, apresenta-se a influência do neoliberalismo sobre a integração na América Latina e o posicionamento do México em tal processo. Por fim, analisa-se a integração latino-americana e a inserção mexicana na atualidade, a partir de material quantitativo, como dados do comércio exterior mexicano em relação a determinados blocos regionais. Ao final, encontram-se as conclusões, assim como perspectivas para futuros trabalhos.

Os primeiros passos

Os primeiros intentos de uma América Latina integrada iniciaram-se durante as lutas por independência das então colônias da região em relação às suas metrópoles. Vislumbrava-se que por meio da integração, mais especificamente da América hispânica, os colonos teriam mais força para lutar contra as tropas espanholas. Isso também era uma forma de se contrapor

⁴ Ao longo de seu artigo *México ante América Latina: mirando de reojo a Estados Unidos*, Gonzáles (2006) elenca cinco características da relação do México frente à América Latina. A primeira característica apresentada é que os Estados Unidos são o ponto de referência básico na formulação e desenvolvimento da política externa mexicana para a América Latina. Desta forma, a autora defende que existe um padrão de relação triangular (México-Estados Unidos-América Latina) que influencia posicionamento do México frente à América Latina.

⁵ Como pode verificar-se no jogo partidário entre os principais partidos mexicanos, o Partido Revolucionário Institucional (PRI), o Partido da Ação Nacional (PAN) e o Partido da Revolução Democrática (PRD), de esquerda.

⁶ O Estado logístico tem como característica o dever de prover apoio logístico aos empreendimentos públicos e privados com o fim de torná-los competitivos e aliados ao desenvolvimento nacional (CERVO, 2008) histórico da integração latino-americana e a inserção mexicana em tal processo. Em última instância, busca-se verificar quais são os efeitos do modelo de inserção mexicana para a região.

aos Estados Unidos, que cada vez mais expandia-se e se tornava um ator de peso no continente. Um dos mais ilustres integracionistas na época da independência foi Simón Bolívar, o idealizador da *Gran Colombia* (VILABOY e GALLARDO, 2000). No entanto, as divergências de interesse em uma colônia já fragmentada em vice-reinos fizeram com que se formassem pequenas repúblicas em um continente com dois estranhos gigantes, o Brasil, ao sul, e os Estados Unidos, ao norte.

Após essa primeira tentativa de integração na região no período de independência, os Estados latino-americanos passaram um longo período privilegiando manter relações comerciais e políticas com países europeus ou com os Estados Unidos. Ou seja, apesar de ser oficialmente independente, a América Latina permanecia na prática sem uma política externa autônoma que estimulasse seu desenvolvimento nacional e regional.

Somente em 1948, intelectuais começaram a trabalhar em prol de um pensamento desenvolvimentista latino-americano com a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe⁷ (CEPAL). Gradualmente foram se estabelecendo as bases para o avanço de projetos de integração. A partir daí, a CEPAL passou a defender a formação de um mercado regional, limitado ao espaço sul-americano, de maneira a acelerar o processo de industrialização (ALMEIDA e CHALOUT, 1999).

Finalmente, em 1960, é assinado o Tratado de Montevideu que cria a Associação Latino-Americana de Livre Comércio⁸ (ALALC), sendo este o primeiro passo concreto à concertação política e econômica em prol da integração regional. Em um momento de uma política externa de contrapeso defensivo, o México integrou-se ao bloco buscando balancear sua relação com os Estados Unidos⁹. Com um objetivo ambicioso, a ALALC previa a construção de um mercado comum regional, por meio da formação de uma zona de livre comércio em 12 anos. De acordo com Almeida e Chalout (1999) a ALALC trabalhava com base em negociações multilaterais

de ‘listas comuns’ e ‘listas nacionais’, produto a produto, de reduções tarifárias e eliminação de restrições não-tarifárias, para a ampliação dos mercados, a liberalização do intercâmbio e o desmantelamento das medidas protecionistas vigentes no intercâmbio regional (ALMEIDA e CHALOUT 1999: 147).

Apesar deste primeiro esforço em prol da integração, a ALALC sofre um grande abalo entre 1964 e 1969, com a paralisação das negociações multilaterais para a definição das “listas comuns”. Essa interrupção pode ser explicada pela onda ditatorial que começou a se espalhar na região. Almeida e Chalout (1999) explicam que, entre 1964 até a década de 1980, os regimes militares na América Latina impulsionavam no âmbito econômico o modelo de industrialização por substituição de importação (ISI) através de fortes políticas protecionistas. Além disso, no âmbito político esses regimes negavam-se a ceder soberania para o desenvolvimento de um projeto integracionista, o que afetou significativamente o processo de integração que estava sendo impulsionado pela ALALC. Nesse cenário, em 1970 foi realizada uma revisão do programa de liberalização do bloco, prorrogando a implantação de uma zona de livre comércio para até 1980.

⁷ A CEPAL foi criada pelas Nações Unidas com o objetivo de ser um centro de estudos sobre o desenvolvimento da América Latina e Caribe

⁸ Os membros fundadores da ALALC, além do México, foram Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai; com a posterior adesão de Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela.

⁹ Durante os anos de 1945 e 1970, o México manteve uma política defensiva a mudanças e intervenções estadunidenses na região (GONZÁLES, 2006).

Outra ferramenta integracionista que ganhou um forte apoio do México, em meio a sua política externa proativa e de liderança regional¹⁰, foi o Sistema Econômico Latino-americano e do Caribe (SELA)¹¹, em 1974, o qual nasceu com o objetivo de promover e coordenar estratégias regionais relacionadas à economia do subcontinente, a fim de se estimular a cooperação e a integração na América Latina e Caribe (González 2006). Vale ressaltar que a SELA mantém suas atividades até os dias de hoje, com reuniões ministeriais anuais, o que motiva e impulsiona a América Latina e Caribe a uma harmonização política e econômica visando ao fortalecimento da integração regional.

O neoliberalismo como motor dos seguintes passos

Devido ao fracasso da ALALC, esta foi reformulada, passando a formar a Associação Latino-americana de Integração¹² (ALADI) em 1980. Com objetivos bem menos ambiciosos, a ALADI se estabeleceu eliminando obrigações de elaboração de listas comuns e fixação de prazos para o cumprimento das metas integracionistas. Assim, criou-se um bloco mais flexível com mecanismos de caráter bilaterais, para se formar uma área de preferências tarifárias. Desta forma, os países membros têm à sua disposição três mecanismos de integração: a) preferência tarifária regional, que se aplica a produtos originários dos Estados membros frente às tarifas de terceiros Estados; b) acordos de alcance regional, comuns a todos os Estados membros; e c) acordos de alcance parcial, com a participação de dois ou mais países da região (ALADI, 2015a).

Como podemos notar no quadro abaixo (Quadro 1), com o estabelecimento do mecanismo mais flexível da ALADI somado à liberalização econômica do México e da América Latina como um todo, a partir de meados da década de 1980, foram firmados diversos tratados bilaterais entre o Estado mexicano e membros da ALADI, buscando criar uma maior complementação econômica entre os membros. Além disso, vale ressaltar que à parte da ALADI, o México também buscou firmar outros acordos com a América Central (Quadro 1), região esta de suma importância para a projeção da influência regional mexicana.

Acordos México-América Latina	
Iniciativas bilaterais	Acordos
Argentina	Acordo de Complementação Econômica (1993) ¹
Bolívia	Tratado de Livre Comércio (1994) ^{1 2} Acordo de Complementação Econômica (2010) ¹
Brasil	Acordo de Complementação Econômica (2002) ¹
Colômbia	Tratado de Livre Comércio entre México, Colômbia e Venezuela (1994) ^{1 3}
Costa Rica	Tratado de Livre Comércio (1994)
Cuba	Acordo de Complementação Econômica (2001) ¹

¹⁰ Entre a década de 1970 e 1990, a política exterior mexicana para a América Latina foi caracterizada por uma diplomacia de contrapeso via a diversificação de relações, o que levou o México a uma maior aproximação política à região como resposta às intervenções estadunidenses (GONZÁLES, 2006).

¹¹ Seus membros são: Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

¹² Seus membros são: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

Chile	Tratado de Livre Comércio (1998) ¹	
Equador	Acordo de Alcance Parcial (1983) ¹	
El Salvador	Tratado de Livre Comércio entre México, El Salvador, Guatemala e Honduras (2001)	
Guatemala	Tratado de Livre Comércio entre México, El Salvador, Guatemala e Honduras (2001)	
Honduras	Tratado de Livre Comércio entre México, El Salvador, Guatemala e Honduras (2001)	
Nicarágua	Tratado de Livre Comércio (1998)	
Panamá	Tratado de Livre Comércio (2014)	
Paraguai	Acordo de Alcance Parcial (1993) ¹	
Peru	Acordo de Complementação Econômica (1987) ¹	Acordo de Integração Comercial (2011) ¹
Uruguai	Tratado de Livre Comércio (2004) ¹	

¹ Sob o marco da ALADI
² Decreto em 2010 põe fim ao efeito do TLC
³ Venezuela se retira do TLC em 2006

Quadro 1 - Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pela Secretaria Econômica do México (2015) e ALADI (2015b)

Ao se analisar o Gráfico 16, que apresenta a evolução da balança comercial do México com os demais membros da ALADI entre 1993 e 2014, percebe-se que, a partir de 2003, se iniciou um crescimento mais vertiginoso do volume total de importações e exportações. Esse processo acentua-se no período posterior a 2009, quando as exportações mexicanas para o bloco passam por um grande crescimento resultando em um acréscimo do superávit do México, cujo saldo comercial até então era deficitário ou com um pequeno superávit. Ao se observar o posicionamento do Estado mexicano no período de 2002 em diante, caracterizado pelo multilateralismo liberal incipiente¹³ (GONZÁLES, 2006), podemos concluir que houve uma busca mais enfática por incentivar o comércio com a região por meio dos acordos bilaterais, a fim de reverter seu déficit comercial.

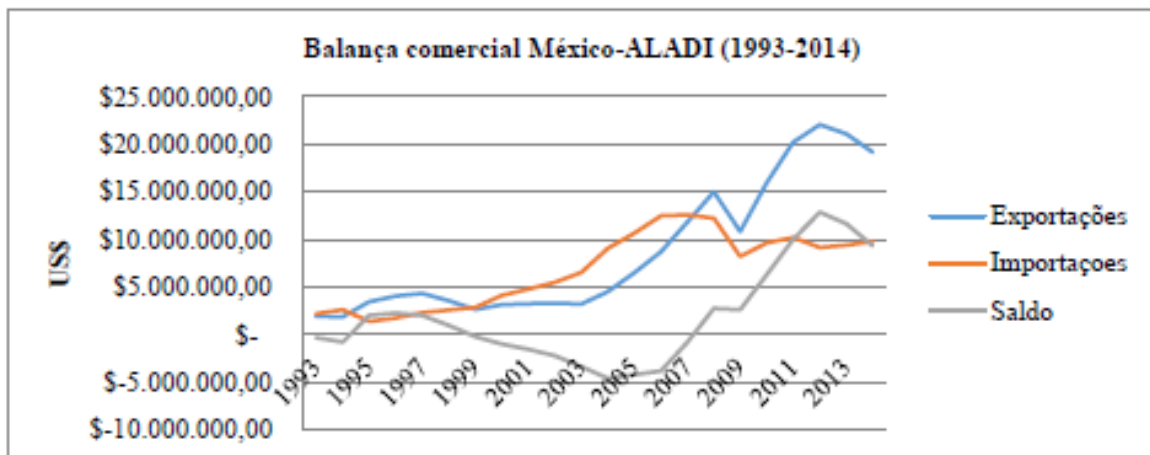


Gráfico 1 - Elaborado pelo próprio autor com base nos dados disponibilizados pelo INEGI (2015)

Ao mesmo tempo em que o neoliberalismo e a globalização foram intensificando os processos de liberalização comercial por meio de tais acordos, o fenômeno do regionalismo

¹³ Neste momento, há a continuidade e acentuação do papel do México de articulador entre o norte e o sul, por meio do fomento à liberalização econômica na América Latina concretizada em tratados de livre comércio e complementação econômica (GONZÁLES, 2006).

também ganhou peso, seguindo a estratégia de liberalização intrabloco a fim de fortalecer os Estados-membros frente ao comércio internacional cada vez mais competitivo. Nesse contexto, a América Latina iniciou um processo de fragmentação à medida que foram surgindo diversos sub-blocos econômicos na região. Como o México passou a investir na integração via bloco regional ao norte, sua estratégia de integração em relação à América Latina ficou, em grande medida, focada em acordos bilaterais, como vimos no Quadro 1.

A integração na atualidade

Atualmente, há uma grande variedade de blocos econômicos com diversos eixos de “integração regional, que expressam a adoção de distintos modelos econômicos, o que por sua vez é resultado de complexos processos políticos e econômicos na região desde o início da primeira década do novo milênio”¹⁴ (RUIZ, 2013, p. 12, *tradução nossa*). Nesse sentido, como forma de melhor compreender como e onde o México se enquadra na integração latino-americana, se analisam os três eixos de integração na região defendidos por Ruiz (2013): o eixo do regionalismo aberto, o eixo revisionista e o eixo antissistêmico.

Os dois grandes modelos do eixo do regionalismo aberto são também os que o México tem maior participação e peso, o NAFTA e a Aliança do Pacífico. Segundo este modelo, os blocos se direcionam pela liberalização comercial primordialmente por meio de tratados bilaterais, seguindo o modelo do regionalismo estratégico, o que de acordo com Ruiz (2013) tem uma marcada inclinação comercial via livre comércio para a abertura da região integrada à economia internacional visando o bem estar da população e o lucro. Além de NAFTA e Aliança do Pacífico, a proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) também se caracteriza como um exemplo do eixo do regionalismo aberto em proporções hemisféricas.

O eixo revisionista é exemplificado pelo Mercosul, o qual acompanha a construção de um novo regionalismo sul-americano, baseado na liderança brasileira. Outro exemplo citado por Ruiz (2013) é a União de Nações Sul-americanas fundada em 2008, cujas origens remetem à Área Sul-americana de Livre Comércio (ALCSA), proposta em 1993. Ruiz define que “O eixo revisionista sofre a transformação de um modelo de regionalismo estratégico a um híbrido que inclui elementos dos modelos de regionalismo social e produtivo”¹⁵ (RUIZ, 2013, p. 23, *tradução nossa*).

Tomando o Mercosul como exemplo, originalmente este bloco adotou o modelo de regionalismo estratégico¹⁶. No entanto, a partir do Consenso de Buenos Aires¹⁷ (2003), ele passou a apresentar características do regionalismo social (como no Mercosul Social de 2005 e no Plano Estratégico de Ação Social de 2010) e produtivo (como pelo Programa de Integração Produtiva e pelo Fundo para Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul – FOCEM).

¹⁴ “integración regional, que expresan la adopción de distintos modelos económicos, lo que a su vez es resultado de complejos procesos políticos y económicos que están teniendo lugar en la región desde inicios de la primera década del nuevo milenio” (RUIZ, 2013, p. 12).

¹⁵ “El eje revisionista sufre la transformación de un modelo de regionalismo estratégico a un híbrido que incluye elementos de los modelos de regionalismo social y produtivo” (RUIZ, 2013, p. 23).

¹⁶ Entende-se aqui o momento exato de sua criação e não de idealização.

¹⁷ O Consenso de Buenos Aires foi um documento elaborado entre os então presidentes da Argentina, Néstor Kirchner, e do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, no qual estes se comprometem em “intensificar a cooperação bilateral e regional com vistas a garantir a todos os cidadãos o pleno usufruto de seus direitos e liberdades fundamentais, incluindo o direito ao desenvolvimento, em um âmbito de liberdade e justiça social” (CONSENSO DE BUENOS AIRES, 2003, p. N/A).

Finalmente, o eixo antissistêmico é representado pela Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América¹⁸ (ALBA), à medida que esta representa um modelo de integração contrário aos ideais capitalistas e imperialistas. De acordo com Ruiz (2013), este eixo propõe políticas próprias do modelo de regionalismo social¹⁹ e produtivo²⁰, ao mesmo tempo em que se concebe como um modelo não-capitalista, em que se busca o desenvolvimento por meio da cooperação.

Para a melhor compreensão da formação dos diversos blocos na América Latina e da relação do México com estes sub-blocos regionais e seus respectivos membros, tomemos como exemplos a proposta da ALCA, o Mercado Comum Centro-americano (MCCA), a Comunidade Andina, a Aliança do Pacífico e o Mercosul.

Sobre a ALCA, primeiramente, deve ser destacado que esta não se trata de uma iniciativa genuinamente latino-americana de integração, e sim estadunidense, haja visto o interesse dos Estados Unidos na formação da ALCA com o fim de se posicionar de maneira mais competitiva frente às ameaças advindas da formação e/ou fortalecimento dos blocos econômicos europeu (União Europeia) e asiático (ASEAN) (Sader 2002). Segundo Vizentini (2001) o interesse estadunidense na criação da ALCA estava pautado na “Estratégia da Lagosta” de Alfredo Valladão:

o NAFTA constituiria a cabeça, o centro nevrálgico; a América Latina seria o rabo, a retaguarda e reserva de mercado e recursos; as garras projetam-se sobre o Pacífico e o Atlântico, apoiadas nas alianças militares na Ásia e na Europa. Sua presença estaria destinada a evitar a emergência de potências hegemônicas nessas regiões [...], e seus golpes (intervenções) estariam voltados às áreas de instabilidade da linha que vai da Rússia ao leste da África, cortando o Oriente Médio. (VIZENTINI, 2001, p. 13)

No entanto, dado o relevante papel do México frente à promoção de tal bloco, a análise dos diferentes posicionamentos dos países latino-americanos em relação à criação da ALCA exemplifica de maneira satisfatória a diversidade e divergência de posicionamentos na região. Se por um lado países sul-americanos de peso – como Argentina, Brasil e Venezuela – se opuseram à criação do bloco alegando a perda de autonomia dos países latino-americanos frente aos Estados Unidos em função da discrepante diferença de poder econômico; por outro, países defensores do eixo do regionalismo aberto, como Chile e México, viam na ALCA, além de uma forma de integração de fato do hemisfério, uma oportunidade expansão de suas economias baseadas no modelo de desenvolvimento via exportação e na relação especial com os Estados Unidos.

Segundo Gonzáles (2006), após a criação do NAFTA, o México passou a exercer o papel de ponte entre a América do Norte e a América Latina, além de ser um porta-voz dos interesses estadunidenses no restante da região. Desta forma, o Estado mexicano desempenhava a função de se apresentar como um exemplo de sucesso resultante do NAFTA, com o objetivo de atrair os demais países latino-americanos à ALCA. Contudo, ao contrário

¹⁸ Membros fundadores: Venezuela e Cuba. Posterior adesão de: Antígua e Barbuda, Bolívia, Dominica, Equador, Nicarágua e São Vicente e Granadinas.

¹⁹ Por meio da internacionalização de programas sociais nacionais (RUIZ, 2013).

²⁰ O regionalismo produtivo da ALBA pode ser identificado por meio de diversos âmbitos, como por exemplo: as chamadas empresas Gran-nacionais, que buscam o desenvolvimento produtivo conjunto; a integração energética, com a Petrocaribe e a Petrosur; e a ECO Alba, que seria um espaço econômico comum para o desenvolvimento dentro do bloco (RUIZ, 2013).

da aproximação planejada, alguns países da região passaram a se incomodar com tal esforço mexicano, chegando a haver momentos de tensão, como entre o governo Fox (2000-2006) e líderes sul-americanos, como Hugo Chávez, Evo Morales e Nestor Kirchner. (SUDAREV, 2013)

O Mercado Comum Centro-Americano (MCCA)²¹ tem uma especial relevância para o México em função de sua localização e de seu posicionamento geográfico. Formado por pequenos países, o MCCA tem sua origem ainda em 1961 com o Tratado de Integração Centro-americana, que buscava promover a paz na região, na época abalada por diversos conflitos bélicos e intervenções. Atualmente, este processo busca um aprofundamento através da formação da União Centro-americana, aos moldes da União Europeia. Apesar de tal bloco ser formado somente por economias de pequeno porte, a aproximação do México ao bloco carrega um importante valor político e estratégico.

Um exemplo da relevância política da região para o México foi a formação do Grupo Contadora²² e, mais recentemente, o acordo firmado entre o México e o bloco (somando-se o Panamá), o Plan Puebla-Panamá em 2001. Esse acordo nasceu com o intuito de trabalhar como um instrumento de cooperação para o desenvolvimento regional, desde a região sul do México até o Panamá, pois, como relata Gonzáles (2006), a região sofre historicamente com problemas relacionados à pobreza, segurança e migração.

Através do Gráfico 17, fica clara a influência dos Tratados de Livre Comércio firmados entre o México e os membros do MCCA com o contínuo aumento, principalmente das importações, desde 1995. O fluxo comercial passa por um boom em 2003 que se mantém até a crise econômica mundial de 2008, quando, devido à queda das importações, o comércio com a região passa a se tornar superavitário, se mantendo assim até os dias de hoje.

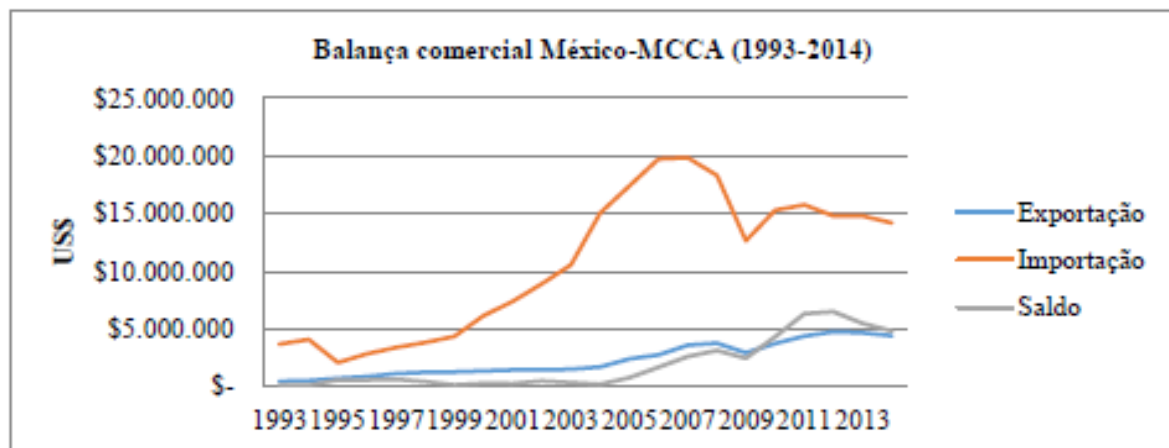


Gráfico 2 - Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo INEGI (2015).

A Comunidade Andina nasceu em 1969 com o Acordo de Cartagena²³, buscando criar uma união aduaneira e econômica a fim de restringir a entrada de capital estrangeiro na

²¹ Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua.

²² O Grupo Contadora foi criado em 1983 por Colômbia, México, Panamá e Venezuela com o intuito de financiar conjuntamente a paz na América Central e em 1986 se expandiu como o Grupo do Rio, envolvendo toda a América Latina e Caribe, tornando-se um mecanismo de consulta e concertação política entre todos os países da região.

²³ Membros originários: Bolívia, Colômbia, Chile (se retira em 1976), Peru e Equador. Aderência da Venezuela ao Acordo em 1973 e retirada em 2011.

região. Com o passar dos anos e a modificação de seus membros, o bloco hoje tem como objetivo principal a criação de um mercado comum para fortalecer seus membros e, assim, melhor defender seus interesses em meio à competição internacional.

A relação do México com a Comunidade Andina se apresenta como de grande relevância e se estabelece por meio de acordos e tratados bilaterais sob a regulamentação da ALADI. Um dos acordos mais ambiciosos foi o Tratado de Livre Comércio entre Colômbia, México e Venezuela firmado em 1994, conhecido como Grupo dos Três. Outro membro do bloco com o qual o México firmou um tratado de livre comércio no ano de 1994 foi a Bolívia. No entanto, mudanças de cunho político-ideológico em diversos governos da região afetaram o desenvolvimento desta aproximação comercial com o México, gerando tensões. Os casos de conflito mais claro ocorreram com a Venezuela e a Bolívia. No caso da Venezuela, com Hugo Chávez no poder (1999-2013) as relações entre este e o governo mexicano se tornaram cada vez mais tensas. Ao contrário do direcionamento pró-Estados Unidos desenvolvido pelo México, a administração Chávez adotava uma postura anti-estadunidense e anti-neoliberal, o que levou a saída da Venezuela do Grupo dos Três em 2003, pois segundo Chávez este acordo se baseava em princípios neoliberais (SUDAREV, 2013). Em seguida, a Venezuela se retirou da Comunidade, passando a investir, por um lado, em uma parceria com o Mercosul, até se tornar membro em 2012, e por outro, na ALBA.

Já a relação do México com a Bolívia passou a se tornar tensa a partir da administração de Evo Morales (2006 – atualidade). Assim como Chávez, Evo Morales, sendo o primeiro indígena eleito presidente no país, defende a soberania boliviana frente às privatizações e políticas neoliberais em geral. Por esse motivo, alterou-se o Tratado de Livre Comércio com o México firmado em 1994 para um Acordo de Complementação Econômica, em 2010.

No sentido contrário a essas relações conflitivas, o México aprofunda cada vez mais sua relação com Chile, Colômbia e Peru. No que tange a relação México-Colômbia, estes países estabelecem uma parceria tanto no âmbito político, em função de ambos terem um posicionamento mais alinhado aos Estados Unidos, quanto no âmbito econômico, sendo o Estado colombiano um importante sócio comercial do México dentro da Comunidade Andina. De igual maneira, percebe-se que a relação entre o México e o Peru tem sido frutífera. Desde 1997, os dois países já haviam estabelecido um vínculo de cooperação mediante o Acordo de Complementação Econômica, sendo aprofundado por meio do Acordo de Integração Comercial firmado em 2011 durante a administração de Ollanta Humala (2011 – atualidade). A relação com o Chile é ainda mais harmoniosa, visto que os dois países passaram por uma profunda liberalização de suas economias, e, assim, mantêm uma parceria comercial desde o Tratado de Livre Comércio de 1998 até os dias de hoje.

No Gráfico 18, que apresenta a balança comercial mexicana em relação aos países da região andina²⁴ no ano de 2014, percebe-se o destaque das relações México-Colômbia. O Estado colombiano tem sido o principal destino das exportações mexicanas, o que se reflete em um significativo saldo positivo na balança comercial. Outro país que se destaca é o Chile, o segundo maior destino das exportações do México à região, seguido do Peru.

²⁴ Leva-se em consideração aqui os seguintes países: Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

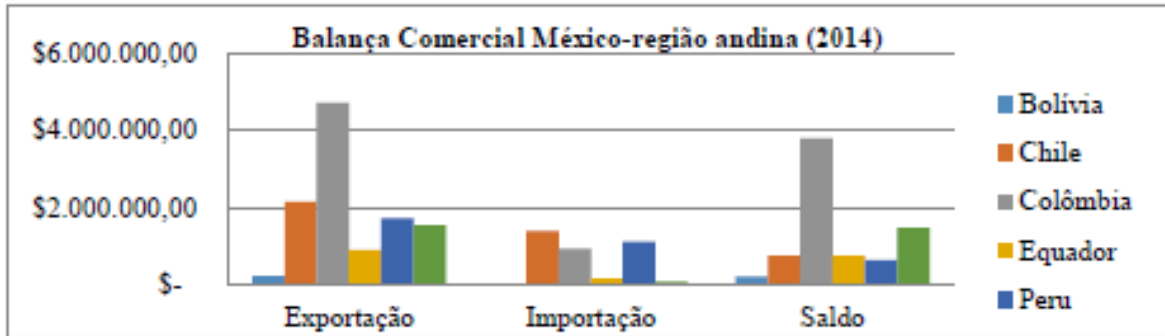


Gráfico 3 - Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo INEGI (2015)

Em um primeiro momento, identificar a Colômbia, Chile e Peru como importantes parceiros comerciais do México não é surpreendente se analisamos sob a ótica de afinidades política e econômica. Todos esses países são voltados ao liberalismo comercial via abertura de mercado, assim como o México. No entanto, é com a Venezuela que o Estado mexicano tem o segundo maior superávit na região. Isso pode indicar que as relações comerciais mexicanas se desenvolvem de maneira pragmática e é variável de acordo com as oportunidades e complementaridade da economia de cada país, mesmo com a incompatibilidade política-ideológica que possa haver.

Como resultado da boa relação do México com a Colômbia, o Chile e o Peru, países defensores do liberalismo e da abertura comercial (CARDOSO, 2013), no ano de 2011 formou-se a Aliança do Pacífico, uma iniciativa de integração regional com os objetivos de se estabelecer uma zona de circulação de bens, serviços, capitais e pessoas; impulsionar o desenvolvimento, crescimento econômico e competitividade dos Estados membro; e se tornar uma plataforma de projeção, em especial, ao Pacífico (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2013). No entanto, apesar desse projeto idealizar criar um forte mercado comum, em seus anos iniciais, não é possível avaliar um grande avanço no comércio do México em relação aos demais membros da Aliança do Pacífico. Como se pode constatar a partir do Gráfico 19²⁵, não houve um aumento substancial do comércio com os Estados-membros do bloco.

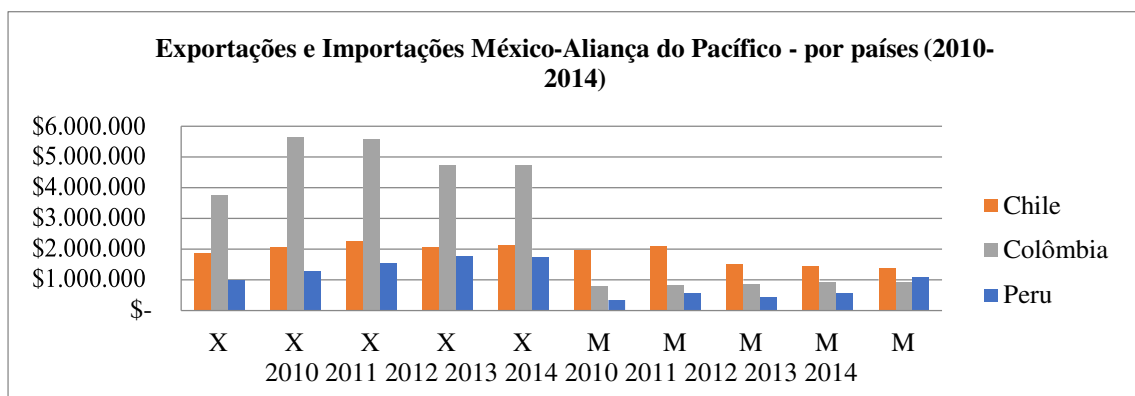


Gráfico 4 - Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo INEGI (2015)

Por fim, a relação do México e o Mercosul se desenvolve mais lentamente. Firmado

²⁵ Leva-se em consideração que X representa as exportações e M representa as importações.

em 1991, pelo Tratado de Assunção entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, o Mercosul visa a uma maior integração entre estes países, por meio do estabelecimento de uma zona de livre circulação de bens, serviços e fatores de produção, do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum e de uma política comercial comum. A aproximação do México ao bloco iniciou-se em 1995, a fim de se firmar um acordo comercial. No entanto, segundo Alperstein (2006), a divergência de visões entre o México e os membros do Mercosul dificulta o processo de negociação.

De um lado, o México tem o interesse de firmar um acordo de livre comércio amplo, incluindo bens, serviços, investimento, propriedade intelectual e compras governamentais. De outro, o Mercosul prefere um acordo limitado, aos moldes do Acordo de Complementação Econômica da ALADI, se estabelecendo preferências a determinados produtos. O resultado dessa dicotomia de visões foi a sobreposição da visão do Mercosul, tendo sido firmados Acordos de Complementação Econômica entre o México e os membros do Mercosul, à exceção do Uruguai, com quem foi firmado um Tratado de Livre Comércio, em 2004.

O principal setor beneficiado por esses acordos entre o México e o Mercosul é o setor automotivo (ALADI, 2002), pois se estabeleceram bases para o livre comércio de automotivos, com o objetivo de promover a integração e complementação produtiva entre estes países. Ademais, a pauta comercial entre o México e o Mercosul se concentra principalmente em produtos de alto valor agregado, o que pode significar uma perspectiva de integração ainda maior.

Os dados do comércio exterior entre o México e cada membro do Mercosul demonstram uma grande discrepância entre o comércio com o Brasil e as trocas com os demais membros. A porcentagem que as exportações destinadas ao Brasil representam do total das destinadas ao Mercosul cresce de 29% em 1993 para 59% em 2014, já as importações mantêm uma média de 69% do total importado de todos os membros do Mercosul ao longo destes vinte e dois anos analisados (INEGI, 2014).

De igual maneira, o ritmo de crescimento do comércio (Gráfico 20 e Gráfico 21) entre esses países também é diverso entre os membros. Destaca-se novamente o vertiginoso crescimento do comércio, tanto das exportações quanto das importações, entre o México e o Brasil, enquanto que o comércio com o Uruguai e o Paraguai é quase nulo. A média de crescimento das exportações mexicanas ao Brasil é de 9% e, as importações, de 3%. Enquanto isso, tanto as exportações quanto as importações mexicanas aos demais membros do Mercosul tiveram uma média de crescimento de 3%.

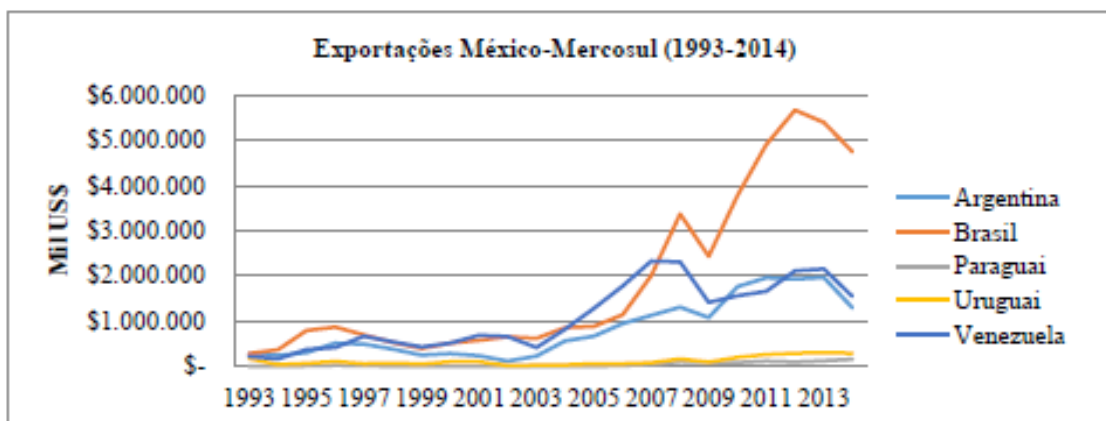


Gráfico 5 - Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo INEGI (2015)

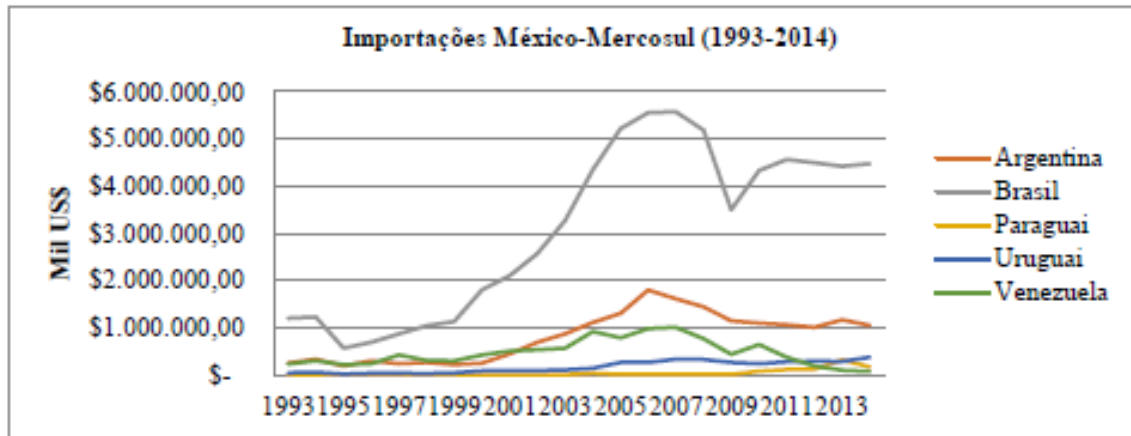


Gráfico 6 - Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo INEGI (2015)

Visto a relação mexicana com estes blocos e seus respectivos membros, se pode afirmar que o México busca uma integração com a América Latina aos moldes do eixo do regionalismo aberto por meio do modelo de regionalismo estratégico. Essa característica está presente tanto ao se analisarem suas relações bilaterais quanto suas relações multilaterais com os blocos acima mencionados

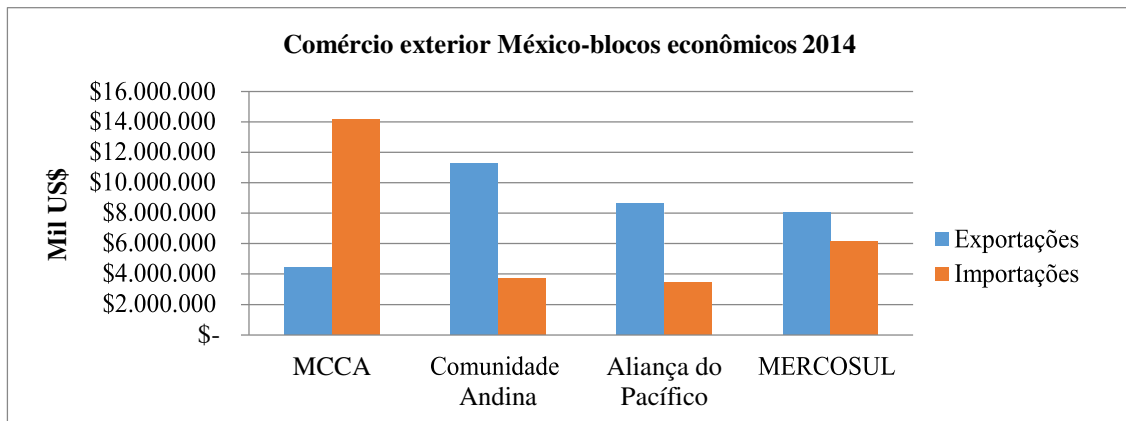
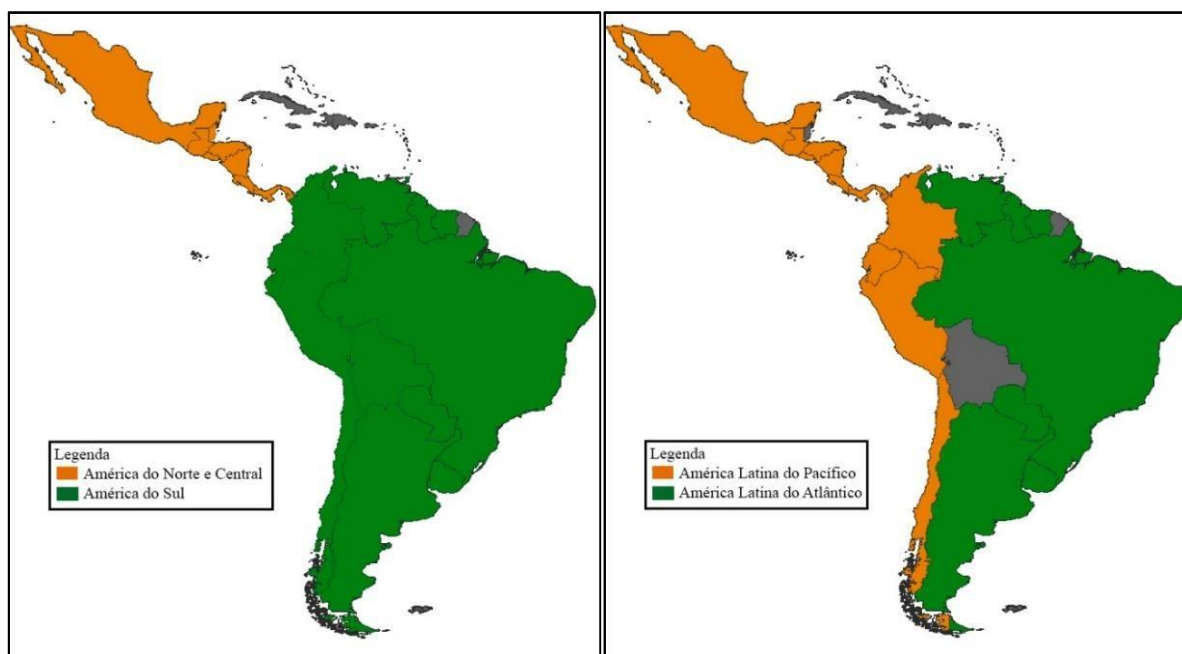


Gráfico 7 - Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo INEGI (2015)

Em relação à relevância econômica de cada bloco para o México, por meio de uma análise comparativa no ano de 2014 entre o MCCA, a Comunidade Andina, a Aliança do Pacífico e o Mercosul (Gráfico 22), tem-se que este último se caracteriza como o principal destino das exportações mexicanas, enquanto que o MCCA é a maior fonte de importações. Esse fenômeno acontece em função dos diferentes tipos de complementaridades que cada bloco tem com o México, sendo que o MCCA é um grande fornecedor de matéria-prima e o Mercosul, o maior mercado consumidor da América Latina. Já a relação com a Comunidade Andina e a Aliança do Pacífico, que são similares na proporção de exportações e importações, apresenta uma balança comercial superavitária do México. Essa característica pode ser compreendida pela maior industrialização do México frente aos membros de ambos os blocos. Visto este cenário da integração latino-americana, deve ser destacada sua fragmentação, o que dificulta a formação de um centro único de interação e integração na região. Nesse sentido, existem duas tendências de fragmentação da região: fragmentação entre a América do Norte, América Central e o Caribe de um lado e a América do Sul de outro (Mapa 1), e

fragmentação existente entre os Estados latino-americanos da costa do Pacífico e os latino-americanos da costa di Atlântico (Mapa 2) (CARDOSO, 2013).



Com pudemos notar, na América do Sul vem se desenvolvendo, além dos diversos sub-blocos existentes, processos integracionistas que excluem o restante da América Latina e colocam como principal impulsionador e liderança o Brasil, como a UNASUL, gerando, assim, uma divisão horizontal da integração latino-americana. Por outro lado, a integração que o México vem buscando juntamente com os países da costa do Pacífico, indica uma divisão vertical da América Latina, entre o Pacífico, com a Aliança do Pacífico, e o Atlântico, com o Mercosul de liderança brasileira.

Concomitante a esse processo de fragmentação, temos recentemente, em 2010, a criação de um bloco que pode representar um espaço em que convirjam essas duas tendências, o qual teve um grande apoio do México (CARDOSO, 2013), a Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC). Herdeira da união do Grupo do Rio e da Cúpula da América Latina e Caribe (CALC), esse bloco se estabelece como um novo mecanismo de concertação política e integração, abrangendo a todos os países da América Latina e Caribe. Segundo Soriano (2012), o México tem dois interesses em apoiar a CELAC: reiterar sua identidade latino-americana e reavivar o regionalismo latino-americano e caribenho como um todo para se contrapor ao regionalismo sul-americano.

Considerações finais

Ao longo da análise da relação México-América Latina, foram identificados diferentes períodos, com maior ou menor aproximação entre o Estado mexicano e a região. Nesse sentido, destaca-se o período de meados da década de 1980, quando, a partir de mudanças econômicas internas e externas, o México muda sua postura frente à América Latina, moderando sua relação política e intensificando a agenda econômica e comercial com a região. Esse fato pode ser compreendido como uma extensão da via de desenvolvimento

atualmente adotada pelo México, de estreita vinculação econômica e política aos interesses estadunidenses pautados pelas políticas neoliberais.

Tendo em vista esse cenário, o México passou a investir em acordos e tratados comerciais com a região sob a luz do neoliberalismo, com o objetivo maior de se estabelecerem áreas de livre comércio. Assim, se verificou que a partir de meados da década de 1980, houve uma intensa concentração em tratados de livre comércio e acordos de complementação econômica com diversos países da região. Além disso, o México trabalhou politicamente em prol da concretização da ALCA, como resultado de um somatório de influência dos interesses estadunidenses e do próprio interesse neoliberal de expansão das oportunidades de comércio.

No entanto, é destacado que esta característica neoliberal do México contrasta com o direcionamento de outros grandes países latino-americanos, como Argentina, Brasil e Venezuela, vêm levando em seus processos de integração atualmente, com a inclusão do regionalismo social e produtivo. Como resultado de parte dos países da região estarem investindo em um diferente direcionamento, é destacado o regionalismo sul-americano, liderado pelo Brasil, frente ao regionalismo neoliberal mexicano, o que dividiria o continente e afastaria, ainda mais, o México da região.

Contudo, vale ressaltar que o México vem buscando aliados sul-americanos que compartilham a mesma ideologia neoliberal a fim de se aproximar e se contrapor à liderança brasileira na região. Nesse sentido, se destaca a recente criação da Aliança do Pacífico como a mais nova estratégia mexicana de inserção no continente, mas mantendo, ainda, sua característica neoliberal. Apesar desse bloco poder ser visto como algo positivo e um intensificador da integração na América Latina, a proposta da Aliança do Pacífico – de unir países latino-americanos banhados pelo oceano Pacífico no intuito de se fortalecer e aproveitar as oportunidades da região mais dinâmica da atualidade, a Ásia – impõe uma nova forma de divisão entre os latino-americanos, desta vez de maneira vertical, entre os países banhados pelo oceano Atlântico e os países banhados pelo oceano Pacífico.

Tendo em vista todos esses fenômenos integracionistas na América Latina, percebemos que a região se encontra atualmente em um momento de incertezas, pois estão sendo criados diversos modelos de integração concomitantes na região. Ao mesmo tempo em que a região sofre o risco de ficar cada vez mais fragmentada e com polos de poder divergentes, processos de integração mais amplos, como a CELAC e a ALADI, todavia mostram sua força em busca de uma América Latina unida. Como dentre os polos de integração na América Latina se destacam economicamente a liderança mexicana e a brasileira, a integração latino-americana irá depender, mormente, do nível de convergência entre o México e o Brasil, a fim de se estabelecer uma união ou fragmentação do processo integracionista da região.

Por fim, como sugestão a posteriores trabalhos, se destaca a importância da análise do desenvolvimento da Aliança do Pacífico. Isto é, como o bloco é relativamente recente, todavia não é possível realizar uma análise profunda de seus efeitos sobre o México e sobre a região. Dessa forma, verificar o andamento do bloco e como este se posiciona diante do restante da América Latina poderá ser um dos fatores que determinaram o direcionamento da integração na região. Além disso, uma análise mais profunda sobre a relação México-Brasil na atualidade poderá indicar se a relação entre estes países está no sentido de uma aproximação ou afastamento e quais os efeitos disso sobre a integração latino-americana, levando-se em consideração a projeção política e econômica que tais países exercem como Estados que são líderes regionais.

Referências

ALADI. Acuerdo de Complementación Económica N° 55, 2002. Disponível em:
<<http://www.aladi.org/nsfaladi/textacdos.nsf/0f226c9002f6aebf03257491004226fe/49f7ccd2e4a9e05603257893005a65ae?OpenDocument>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

ALADI. ¿Quiénes somos?, 2014a. Disponível em:
<http://www.aladi.org/nsfaladi/arquitect.nsf/VSTITIOWEB/quienes_somos>. Acesso em
01 ago. 2014.

ALADI. Acuerdos, 2014b. Disponível em:
<<http://www.aladi.org/nsfaladi/arquitect.nsf/VSTITIOWEB/acuerdos>>. Acesso em: 01
ago. 2014.

ALIANZA DEL PACÍFICO. La Alianza del Pacífico y sus objetivos, 2013. Disponível
em: <http://alianzapacifico.net/que_es_la_alianza/la-alianza-del-pacifico-y-sus-objetivos/>. Acesso em: 01 ago. 2014.

ALMEIDA, Paulo Roberto de Almeida; CHALOUT, Yves. Avanços da regionalização
nas Américas: cronologia analítica em Revista Brasileira de Política Internacional, n. 2,
v. 42, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v42n2/v42n2a08.pdf>>.
Acesso em: 04 jul. 2014.

ALPERSTEIN, Aída Lerman. Relaciones México-América Latina: Entre la globalización y
la regionalización. Cidade do México: UAM-X, CSH, Depto. de Producción Económica,
2006. Disponível em: <http://bidi.xoc.uam.mx/tabla_contenido_libro.php?id_libro=239>.
Acesso em: 04 jul. 2014.

CARDOSO, Alejandro Ramos. México ante el renovado espíritu integracionista en
América Latina y el Caribe. Revista Mexicana de Política Exterior, n. 97, 2013.
Disponível em:
<<http://www.sre.gob.mx/revistadigital/images/stories/numeros/n97/ramos.pdf>>. Acesso
em: 04 jul. 2014.

CERVO, Amado Luiz. Inserção internacional: formação de conceitos brasileiros. São
Paulo: Saraiva, 2008.

CONSENSO DE BUENOS AIRES. Buenos Aires, 2003. Disponível em:
<<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1135ConsBAires.html>>. Acesso em: 01 ago. 2014.

GONZÁLES, Guadalupe Gonzáles. México ante América Latina: mirando de reojo a
Estados Unidos em Schiavon, Jorge A.; Spenser, Daniela; Vásquez, Mariano. En busca de
una nación soberana: Relaciones internacionales de México, siglos XIX y XX. Cidade do
México: CIDE/SRE, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y GEOGRAFÍA (INEGI). Banco de

información económica. Cidade do México, 2014. Disponível em:
<<http://www.inegi.org.mx/sistemas/bie/>>. Acesso em: 01 ago. 2014.

LIMA, Maria Regina Soares. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul- Sul. In: Revista brasileira de política internacional, n. 1, v. 48, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n1/v48n1a02.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

NYE, Joseph. Cooperação e Conflito na s Relações Internacionais. São Paulo: Gente Editora, 2009.

RUIZ, José Briceño. Ejes y modelos en la etapa actual de la integración económica regional en América Latina. Estudios Intenacionales, n. 175, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/rei/v45n175/art01.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2014.

SADER, Emir. Imperialismo norte-americano e a Alca. In Campanha Nacional Contra a ALCA, Soberania sim, Alca não. Editora Expressão Popular, 2002.

SCHIAVON, Jorge A. La relación especial México-Estados Unidos: Cambios y continuidades en la Guerra y Pos-Guerra Fria. Cidade do México: CIDE, 2006. Disponível em <<http://www.cide.edu/publicaciones/status/dts/DTEI%20137.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

SECRETARIA DE ECONOMIA DO MÉXICO. Tratados y Acuerdos firmados por México con América Latina. Cidade do México, 2014. Disponível em: <<http://www.economia.gob.mx/comunidad-negocios/comercio-externo/tlc-acuerdos/america-latina>>. Acesso em: 01 ago. 2014.

SIERRA, Gerónimo. América Latina, una y diversa. Costa Rica: Alma Mater, 2008.

SORIANO, Juan Pablo: Dilma y México. altibajos en una relación indispensable para América Latina. Revista CIDOB d'afers internacionals, n. 97-98, 2012. Disponível em: <http://www.cidob.org/ca/content/download/31857/515515/file/135-150_JUAN+PABLO+SORIANO.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2014.

SUDAREV, Vladimir. México y América Latina: Nueva etapa de relaciones. Латинская Америка, n. 6, 2013. Disponível em: <http://www.ilaran.ru/pdf/2013/Iberoamerica/IbA_2013_4/Sudarev.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2014.

VILABOY, Sergio Guerra e Alejo Maldonado Gallardo. Raíces históricas de la integración latinoamericana, em Asociación por la Unidad de Nuestra América, História y perspectiva de la integración latinoamericana. La Havana, 2000. Disponível em: <<http://www.ieei-unesp.com.br/portal/artigos/raices.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2014.

VIZENTINI, Paulo G. F. Dez anos do Mercosul: a crise da integração e o desafio da ALCA. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 29, n. 3, 2002. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/1282/1648>>. Acesso em: 04 fev. 2014.